



INSTITUTO PORTUGUÊS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

OCCASIONAL PAPER N.º 20

A Política Externa Britânica com Cameron a Primeiro-ministro

Bernardo Pires de Lima, Instituto de Defesa Nacional

Política não é futurologia. No entanto, nada nos impede de analisar alguns sinais para traçar possíveis cenários. Vejamos o caso britânico. Parece que já este Verão o testemunho será passado para Gordon Brown. Certo é que pouco ou nada se sabe sobre as suas posições no que à política externa diz respeito, embora duas linhas de ação nos pareçam evidentes, até pelo que os últimos meses revelaram no campo político trabalhista. Por um lado, Brown seguirá a agenda europeísta de Blair. Por outro, lidará com Washington com uma cautela acrescida, face aos prejuízos políticos que uma continuidade com a estratégia de Blair acarretaria. No entanto, não é apenas no lado trabalhista que este pragmatismo será levado a cabo. Do lado tory, a agenda não deverá divergir muito. Vejamos alguns dos sinais que tanto David Cameron como o seu *staff* para a política externa têm publicamente revelado.

No quinto aniversário do 11 de Setembro, Cameron discursou perante o British American Project para dizer que «a Grã-Bretanha deve ser sólida mas não escrava na amizade com a América». E disse isto por duas razões. Primeira, para se demarcar ideologicamente da agenda neoconservadora que se tem imposto na Administração Bush e um pouco pelas suas antecessoras. Por outro, fiel apoiante da Aliança Atlântica, sabe que jamais poderia pô-la em risco se emitisse um juízo de valor negativo em relação a Washington, meramente por motivos eleitoralistas, além de que perderia toda a credibilidade junto dos seus pares conservadores que não só apoiaram a intervenção no Iraque, como têm na *special relationship* uma trave mestra do seu código genético.

No entanto, não é de somenos que esta mesma expressão tenha entretanto sido alterada por William Hague (Shadow Foreign Secretary), para *special partnership*, em finais de Janeiro último. Desta vez, Hague, perante a Chatham House, traçou o quadro por onde se moverá um futuro governo conservador. Sobre a relação com os EUA, seguiu a linha de Cameron, reafirmando «a amizade em paralelo com um honesto criticismo», a defesa dos valores partilhados e o evitar de erros num passado recente. Aliás, o realismo parece querer prevalecer na abordagem internacional da Grã-Bretanha, em caso de vitória de Cameron, que também já afirmou que o processo de decisão em matérias externas deve em primeiro lugar “defender os interesses do povo britânico”, em detrimento de um intervencionismo liberal, com o qual Blair sempre esteve muito confortável e não se cansou de promover.

Este ponto, contudo, parece-nos que carece de alguma definição. Cameron tem-se apresentado ao eleitorado como um *liberal-conservative*. Nas suas palavras, liberal porque defende a expansão da democracia e da liberdade, apoiando o intervencionismo humanitário. Conservador, por reconhecer demasiadas complexidades na natureza humana para embarcar em grandes esquemas salvadores da humanidade. Não pomos em causa as definições. O problema aqui está, numa certa continuidade com os governos de Blair que parece não quer renegar – a abordagem liberal, precisamente -, ao mesmo tempo que se descola do messianismo neoconservador norte-americano – advogando uma abordagem conservadora. Disto parece resultar um cuidado com o evitar de clivagens e a tentativa de alterar a condução política de forma gradual.

No que toca à relação com a União Europeia (UE), o caso apresenta-se como um desafio, sabendo de antemão que o tema divide por si só o partido conservador. Cameron não terá começado da melhor maneira – retirando-se do grupo do PPE, após ser eleito -, mas tem trilhado um caminho que, embora não viva de paixões assolapadas por Bruxelas, não deixa de ser construtivo em relação ao futuro da União.

No início deste ano, em conjunto com o Primeiro-ministro checo, Topolánek, criou o Movement for European Reform, um think tank sobretudo virado para o contributo de especialistas fora do universo partidário. Neste fórum, propõe-se encontrar algumas propostas que visem o reformismo europeu, antes que a globalização acelerada pelo crescimento das potências emergentes incapacite uma resposta à altura. E que resposta deve ser esta? Os conservadores, pela voz do seu líder, mas também através dos seus colaboradores directos (William Hague, Liam Fox, George Osborne e Graham Brady), têm-se redobrado em explicações sobre a estratégia a seguir. E dividiram-na em três vertentes básicas.

Primeiro, flexibilidade interna. Opondo-se terminantemente a uma cultura centralista que vem percorrendo a UE nos últimos tempos, advogam uma maior liberdade económica entre os Estados, sem medo da concorrência chinesa ou indiana. O dinamismo económico resultante da diminuição da carga fiscal que Bruxelas decreta é, a seu ver, motor de criação de emprego e atracção de investimentos.

Segundo, um novo olhar sobre o mundo. Acreditam que a UE pode, definitivamente, ser um exemplo no combate à pobreza. Abandonando o proteccionismo em que caiu, defendem uma necessária reforma da Política Agrícola Comum e uma efectiva pressão na Organização Mundial do Comércio no sentido de reduzir tarifas sobre produtos dos países em desenvolvimento, alargando o livre comércio também a essas regiões. Além disto, têm insistido no fortalecimento da relação transatlântica sem pôr em causa um esforço de aproximação a outras potências com as quais desejam constituir-se como aliados numa cada vez mais dispersa teia de relações internacionais: China, Egipto, Índia, Austrália, Brasil, Japão e África do Sul. William Hague, por exemplo, defende mesmo que Tóquio, Brasília, Berlim e Nova Deli tenham direito ao assento permanente num desejável reformado Conselho de Segurança.

Em terceiro, e pegando numa das bandeiras dos novos conservadores, a UE deve demonstrar capacidade de liderança global na defesa do chamado “planeta verde”. A imagem recorrente de Cameron em bicicleta demonstra que as políticas ambientais têm espaço na agenda da direita, até porque estão para ficar por alguns largos anos e a esquerda tem tido alguma dificuldade em adaptar-se aos novos conceitos. Querem a redução mais ambiciosa de emissão de gases poluentes, promovendo alguma pressão nas capitais onde possuem crédito, como Washington. Esta não é uma ideia inovadora, Blair já a vem discutido há algum tempo, o que prova que nem tudo deve ser abandonado por imperativos partidários.

Por fim, e porque um ex-império nunca deixa de pensar como tal, a agenda internacional conservadora passará, não por uma prática messiânica muito em voga nos governos Blair, mas por um bilateralismo eficaz. Isto significa que acentuarão os relacionamentos com as potências emergentes acima descritas – numa leitura correcta do que será o sistema internacional deste século – evitando ficar refém de Washington por tudo e por nada. Por outras palavras, privilegiarão a defesa dos interesses britânicos, um regresso ao cinismo político realista, diminuindo assim possíveis danos colaterais futuros, em consequência de uma mais equitativa política externa.

Não se pense que existirão grandes rupturas no que diz respeito à política externa britânica, até porque não seria sensato virar abruptamente uma página história que lhe tem sido favorável nas últimas décadas. O eixo tripartido EUA-UE-Resto do Mundo será a equação em cima da mesa com Gordon Brown ou David Cameron. A questão está em saber que tipo de gestão política cada um deles fará de cada dossier, sabendo de antemão que os tempos recentes de “relação especial” com Washington sofrerão alterações em nome de imperativos eleitorais, primeiro, e da evolução do sistema internacional, em segundo. A Grã-Bretanha volta, mais uma vez, a ter que adaptar o seu papel pós-imperial ao mundo contemporâneo.